

Ata nº 111

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social e Polivalente de Ega, na sua sede, sita na Rua da Palçada, nº 20, Casal da Vila, Ega, Concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas com a seguinte ordem de Trabalhos:

Ponto um - leitura e aprovação da ata da Assembleia Geral anterior;

Ponto dois - Plano Anual de Ação para 2024, Conta de Exploração Previsional e orçamento para 2024:

- 2.1) Apresentação e discussão;
- 2.2) Leitura do Parecer do Conselho fiscal;
- 2.3) Votação dos respetivos documentos;

Ponto três - Informações.

Por não se encontrarem presentes na hora marcada a maioria dos sócios com direito a voto, a sessão teve início meia

hoje depois nos termos do artigo 31.º dos Estatutos.

Tendo em conta a ausência de Segundo-Secretário, foi eleito para o referido lugar nos termos do artigo 26.º nº 3 dos Estatutos a Sónia Lúcia Maria Monteiro Ferreira.

O Presidente da Mesa deu início à sessão com a ratificação da Ata da reunião anterior.

A ata foi aprovada com uma abstenção.

De seguida, o Presidente da Mesa passa a palavra ao Presidente da Direcção que, por sua vez, em primeira mão aos sócios e refere que no ano corrente foram realizadas várias atividades planeadas pelas Diretorias Técnicas. Desta forma, passa a palavra à Diretora Técnica da ERPI, Dra. Patrícia Oliveira, na posse da palavra, refere que o plano de acção começa com uma caracterização sumária da instituição, onde constam as informações genéricas acerca da mesma, nomeadamente, os acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social.

Relembra que temos 30 vagas em Centro Dia com o objectivo de promover a saúde e qualidade de vida dos idosos, ainda, 35 vagas de Serviço de Apoio Domiciliário que presta serviços e cuidados individualizados a idosos que se encontram no domicílio em situação de dependência física, psicológica e que não conseguem assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e atividades da vida diária. A ERPI tem capacidade para 60 idosos em que 10 das quais são reservadas à Segurança Social. Quanto aos princípios de acção a instituição procura ser uma referência e ser reconhecida pela qualidade dos serviços prestados tendo como missão prestar serviços de qualidade individualizados e humanizados, numa perspectiva de bem-estar contínuo, procurando responder às necessidades e expectativas de todos. Os valores da instituição que assentam na solidariedade, dignidade, respeito, equidade, qualidade e profissionalismo. Quanto aos objetivos para o próximo ano foi feita uma análise SWOT. Assim, como pontos fortes destacamos as instalações e equipamentos adequados às necessidades dos utentes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados. Já nos pontos fracos

temos a dependência económica/financeira da Instituição para com os acordos de cooperação.

Deute das oportunidades temos o envelhecimento da população e a falta de respostas seniores, nas ameaças encaixamos o aumento do custo de vida devido à guerra e a baixo rendimento dos utentes e suas famílias. A Dra. Patrícia Oliveira refere que foi definido como objetivo estratégico angariar novos utentes, promover a melhoria dos serviços prestados, melhorar a satisfação dos utentes e dos colaboradores e valorizar o potencial estratégico dos Recursos humanos. O plano de formação para 2024 conta com alguns módulos, como a Gestão de Conflitos e Político, a liderança e trabalho em Equipa, a Capacitação Digital bem como outras de interesses dos trabalhadores e técnicos que possam surgir ao longo do ano.

A Diretora Técnica explica sobre o plano de Atividade Socio-culturais para 2024, no qual se pretende que os utentes continuem motivados e valorizados. As atividades propostas para alcançar os objetivos operacionais são, sobretudo, a expressão plástica, as lúdico-recreativas, as físicas/móbres, as religiosas/espirituais, as do quotidiano, as cognitivas de desenvolvimento individual e social, bem como, as atividades festivas. Refere ainda que a Instituição tem atividades fixas, tais como: aula de música, atividades físicas, celebração de eucaristia e oração do teço. Concluiu referindo que é através de um trabalho articulado entre os diferentes colaboradores, direção, parceiros e entidades locais que é possível criar e manter condições para promover o desenvolvimento da comunidade, em particular de cada utente. O Presidente da Mesa agradece à Diretora Técnica e pergunta se há questões. Não havendo questões, passa a palavra ao Dr. José Pedro Nuno Antunes, Contabilista Certificado da Instituição, para a apresentação da Conta de exploração previsional e orçamento de investimentos para o ano dois mil e vinte e quatro.

O Dr. José Pedro inicia a sua intervenção referindo que vivemos numa época de incerteza com o fim da

pandemia COVID-19, Com a guerra entre Rússia e Ucrânia e também a guerra na Palestina. A elaboração do documento de Conta de Exploração Revisional tem tido alguma complexidade, pelo que se deve olhar este documento com reflexão e ponderação de modo a obter resultados positivos no final de cada ano. O documento é dividido em rendimentos e gastos em que, nos gastos temos mercadorias vendidas e matérias consumidas que se prevê atingir um valor de duzentos e sessenta e oito mil cento e trinta e sete euros e quinze cêntimos (268.137,15€) sendo a maior rubrica a alimentação. De entre os gastos existe o fornecimento e serviços externos com uma previsão de cento e sessenta e cinco mil setecentos e oitenta e dois euros e trinta e seis cêntimos (165.782,36€) realçando os trabalhos especializados, com vinte e quatro mil trezentos e seis euros e quarenta e seis cêntimos (24.306,46€) ainda os gastos com honorários, conservação das viaturas e equipamentos entre outros. A previsão para os gastos com o pessoal será de setecentas e noventa e dois mil oitocentos e doze euros e vinte e um cêntimo (792.812,21€) tendo já por base a subida do Salário mínimo nacional em 2024. No que diz respeito aos gastos de depreciação e de amortização prevê-se gastos de cento e quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e três euros e noventa e um cêntimo (148.473,91€).

O contabilista passa ao ponto relativo aos rendimentos em que nos Serviços Prestados, prevê-se que a Instituição obtenha em dois mil e vinte e quatro mil setecentos e trinta e três mil duzentos e setenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos (733.273,44€). O valor enunciado contempla as mensalidades dos utentes e as quotizações dos sócios. A previsão das mensalidades dos utentes de Centro de Dia, de Serviço de Apoio Domiciliário e da Estrutura Residencial Para Idosos foi efetuada. No que concerne às quotas dos sócios prevê-se que atinja o valor de três mil trezentos e oitenta e quatro euros (3.384,00€).

Quanto aos subsídios à Exploração a Instituição prevê obter quinhentos e quarenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro euros e oitenta cêntimos (547.834,80€), sendo que prevê,

do valor referido, o reembolso por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional de cinco mil quinhentas e oito mil euros (5.508,00€). Na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos prevê-se que atinja um valor de cento e cinco mil Seiscentos e setenta e oito euros e quarenta e um Cêntimo (105.678,41€). Relativamente aos juros e outros Rendimentos Similares deverá atingir os dois mil seiscentos e sessenta e quatro euros (2.664,00€). Em suma, o Contabilista da Instituição refere que, o Centro Social Polivalente de Ega prevê para o ano de dois mil e vinte e quatro, que os gastos atinjam o valor de um milhão trezentos e setenta e cinco mil seiscentos e seis euros e sessenta e três cêntimos (1.389.450,65€), e que por conseguinte, o resultado líquido do exercício seja um saldo positivo no valor de treze mil oitocentos e quarenta e cinco euros e dois cêntimos (13.845,02€) para o ano de dois mil e vinte e quatro.

No que diz respeito ao Decremento de Investimentos do ano de dois mil e vinte e quatro, o contabilista da Instituição destaca como investimentos mais significativos a previsão da aquisição de uma viatura de 9 lugares movida a eletricidade, com previsão de subsídio ao investimento de vinte cinco mil euros (25.000,00€), a aquisição de equipamentos de ar condicionado com previsão de investimento de cento e trinta e sete mil euros (137.000,00€). Para a Construção da creche (projeto arquitetura) prevê-se o autofinanciamento no valor de trinta mil euros (30.000,00€).

De seguida, o Presidente da Assembleia questiona se alguém pretende esclarecimentos.

Não havendo questões, agradece ao Dr. José Pedro Antunes e à Dra. Patrícia Oliveira, e passa a palavra ao vogal Duarte Neves, em substituição do Presidente do Conselho fiscal, Joaquim Rebelo Loureiro, para se pronunciar sobre os documentos apresentados.

Procedeu à leitura da ata número trinta e cinco (35) do Conselho fiscal, aprovando por unanimidade os

Respectivos documentos.

Não havendo questões sobre o ponto dois da ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia coloca a votação os documentos apresentados, tendo ambos sido aprovados com uma abstenção cada.

Passando ao ponto três, Informações, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Direcção que refere que o Orçamento pode ainda sofrer alterações antes do final do ano. Informa que a lotaria da ERPI está, neste momento, com cinquenta e nove utentes, sendo que um faleceu na semana anterior. Salienta que os serviços têm funcionado bem, sem intercorrências significativas, referindo que a instituição venceu o Programa Bairro feliz do Ringo Doce, com um projeto para a criação de uma horta, projeto este, elaborado pela Dra. Patrícia Oliveira, pela Encarregada Geral Isa Branco e pela técnica Tânia Rolo. Na semana passada realizou-se uma reunião para um projeto no âmbito do Desafio Sénior, mas direccionado para os jovens; na próxima semana irão reunir novamente com isso, e definir o projeto com mais detalhe. O Presidente menciona que a instituição foi obrigada a instalar o regulamento geral de proteção de dados (RGPD) e que, para além da corrente eléctrica, que em adquirir outra, mas a diesel e de nove lugares. Quanto aos trinta mil euros (30.000,00€) atribuído para o projeto da creche, obriga a um trabalho mais asséptico e exaustivo, tendo de se fazer uma reunião extraordinária porque os valores irão ser mais elevados.

O Presidente da Direcção menciona alguns problemas estruturais, nomeadamente as inúmeras fugas de água na Rega do jardim pais, na sua opinião, não há tubagem que aguentar a pressão do toutt-venant com o qual foi tapado. Relativamente ao parque infantil, este foi cedido à Câmara Municipal para o funcionamento temporário da escola primária, após a cedência, o mesmo ficou muito degradado, com enormes fendas no chão. Devido ao baixo orçamento para a sua reabilitação, apenas foi possível fazer uma pequena

intervenção, no entanto foi fechada pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) não autorizando a abertura do mesmo. Um assunto que tem vindo várias vezes a esta reunião é a questão do ar condicionado. O Presidente da Direcção menciona que é um processo muito burocrático e que não se veem desenvolvimentos, como por exemplo, a Segurança Social a pressionar para pagar, mas com muita dificuldade de avançar. Quanto ao caso que está em Tribunal, temos indicação pelo advogado da instituição, que o julgamento será realizado no dia sete ou catorze do mês de dezembro.

Após o Presidente da Direcção terminar a sua intervenção, o Presidente da Assembleia pergunta se há questões.

O sócio Manuel Branco pede a palavra começando por justifi-

car a sua chegada tardia a reunião o que não lhe permitiu participar na discussão e votação dos pontos em eidos da

Ordem de Trabalhos. De seguida pediu esclarecimentos sobre o orçamento de investimentos, para o ano de dois mil e vinte e quatro começando pelos Ativos fixos Tangíveis, no ponto dos Edifícios e Outras Construções, questionando o valor de quinze mil euros (15.000,00€) quando em anos anteriores esta verba se tem situado na ordem dos quatro ou cinco mil euros. Sobre Equipamentos de transporte questionou porque não consta do Plano de Investimento a aquisição de uma carrinha a gasóleo, de nove lugares, que o Senhor Presidente acabou de referir como estando também em processo de aquisição, dizendo que os sócios devam ser esclarecidos se a compra destas carrinhas seria para renovar a frota ou aumentá-la já que esta via para a gasóleo será a décima primeira sem qualquer explicação da sua necessidade.

Sobre "Ativos fixos Tangíveis em Curso - construção de Creche" - referiu que foi bom manter este item mas no mesmo deveria constar a estimativa orçamental e também a forma de financiamento, acrescentando que na última Assembleia Geral o Sr. Arquiteto, encarregado de

proceder à elaboração do projeto, assumiu que dentro de poucos dias teria esses dados para informar a direção, referiu que a intervenção do mesmo Arquiteto nessa A.G. não está prevista na Ordem de Trabalhos e que a apresentação não passou de um mero esboço do ante-projeto necessário para uma candidatura, levando-o a concluir que a direção não tinha conhecimento daquelas ideias já que não se pronunciou sobre as mesmas. Sobre isso questionou se a instituição celebrou contrato com o Gabinete de Arquitetura para a elaboração do projeto até porque no ano de dois mil e vinte e dois já tinham sido pagas cerca de doze mil e quinhentos euros de honorários que o Trabalho apresentado não justificava.

Por outro lado, expressou opinião de que o edifício para a Creche não deveria ser feito em altura (R/C e primeiro andar), como foi apresentado, mas num único piso, tendo por questões de segurança, funcionalidade e sustentabilidade. Concluiu que isto parece não poder acontecer por o lote de terreno apropriado para a Creche e reservasse o atual edifício da fonte da Ega por mais uns anos para apoio ao funcionamento das atividades. Ou seja, que em vez do terreno cuja aquisição está a ser negociada não se sabe para que pois não consta em Plano de Investimento aprovado, com a compra sugerida resolver-se-ia a implantação da Creche em melhores condições, com o número de vagas que contribua para a sua sustentabilidade (quarenta e duas) e menor custo de construção, mantendo ainda por mais alguns anos a utilização do antigo edifício da Extensão de Saúde como apoio (Projetos Sociais, arquivo, etc...). Apeitou para o elevado custo de construção do "edifício" anunciado pelo Arquiteto que em candidatura é financiado constante o número de vagas que comporta nós temos de Tabela previamente fixada e não pelas modalidades proclamadas pelo referido técnico. Estas originam aumento significativo do preço da construção que vai sobre-carregar a parte a suportar por autofinanciamento que ainda não sabemos quem vai custear. Lembrou que o pagamento das

mensalidades dos atuais utentes e respectivas participações da Segurança Social destinam-se à prestação de bons serviços e não para pagar investimentos.

O sócio Daniel Pratas interveio referindo que, na sua opinião, primeiro deveria fazer-se o estudo de viabilidade, depois sim o projeto e o restante. O sócio Manuel Branco retoma a palavra e questiona relativamente ao caderno de conta de exploração o valor de 13.400,00€ no quadro nº5 ser igual ao do quadro nº7 que refere viaturas elétricas adquiridas em 2023. O Dr. José Pedro pede a palavra esclarecendo que no quadro nº5 é depreciação e no quadro nº7 foi um lapso, deveria ser o ano 2024 não influenciando isso o orçamento.

O sócio Manuel Branco toma novamente a palavra questionando se no quadro nº2 também do caderno de conta de exploração, o valor da eletricidade já tem influência dos painéis fotovoltaicos uma vez que baixou cerca de 2.000,00€ em comparação com o ano anterior.

O Presidente da Direção toma a palavra respondendo que pagamos em média 600€/mês com os painéis e que temos este valor porque não sabemos o valor de consumo do ar Condicionado, deixamos por isso estar o valor muito igual porque não sabemos o que vai ser consumido.

Quanto ao ponto 43 da última tabela do caderno de contas e exploração, edifícios e outras construções, o Presidente refere que os 15.000,00€ estão relacionados com a abertura de um portão na park de cima, sendo este valor só uma previsão, pois falta o valor do corte do betão.

O sócio Manuel Branco esclareceu que a filosofia de funcionamento da ERPT foi muito estudada na elaboração do projeto e este devidamente aprovado tendo em conta a localização do edifício, partindo sempre o piso zero (R/C) e que ainda não foi justificada nem aprovada qualquer alteração pelo que a abertura de um portão é uma desnecessidade, devendo respeitar-se o projeto inicial. Relativamente à questão da Creche o Presidente

toma da palavra para responder referindo que o edifício que Creche cabe no espaço e os doze mil e quinhentos euros (12.500,00€) não foram só do anteprojecto. O arquiteto do projecto da Creche ainda não deu o orçamento, nem o arquiteto da obra responde, salientando o Presidente que fez o que pode, mas não obteve respostas.

O sócio Márcio Branco pede a palavra questionando se o aumento do salário mínimo já está contemplado nas contas e se os colaboradores que estão acima do salário mínimo também vão receber mais.

O Presidente responde que o aumento está a ser contemplado nas contas, mas, existem categorias que estão a ser absorvidas, no entanto vai ser tudo reificado.

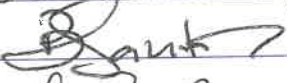
O sócio Manuel Branco solicita a palavra referindo que na ata anterior no final da mesma o pedido de esclarecimento sobre a hipótese de doação, a UGAS, do edifício da primeira Sede deveria ser feito ao Director da Segurança Social ou então ao Ministro solicitando autorização para que a direcção, se o entendesse, propusesse a doação à Assembleia Geral. O mesmo refere que é contra porque a proposta de doação não tem interesse nenhum nem para os UGAS nem para a Ega. É contra apesar de ter sugerido essa hipótese.

O sócio Rodolfo Silva pede a palavra questionando se não haveria possibilidade de a doação ir à Assembleia, porque uma vez que os UGAS usam os espaços na totalidade, pagam as despesas, fazem intervenções físicas, mas, continua a ser da Instituição. Hoje considera que foi muito mal feito.

O sócio Manuel Branco toma de novo a palavra referindo que os UGAS também fiquem com a piscina e com o campo de futebol. Tem, por isso, de fazer manutenção. O período de renovação do contrato poderá passar de dez para vinte e cinco anos, com uma renovação praticamente automática, Soluciona a questão. Se é um contrato de comodato, e não de renda, têm de fazer a manutenção e pelo menos manter as condições de utilização nos termos do mesmo.

O Presidente da direção pronuncia-se referindo que foi o primeiro presidente dos UGAS e que agora está do lado da Instituição, sendo claro que o espaço é para os UGAS. Se pretendem passar o contrato para os vinte e sete anos, não se oporá, só não tendo solução para o parque infantil. Os objetivos da separação foram cumpridos e bem cumpridos.

Posto isto e não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia agradece a presença de todos os sócios desejando boas festas dando por encerrada a sessão. Da mesma se lava a presente ata que vai ser assinada pela Mesa:

Presidente da Assembleia: 

Primeiro Secretário: Raquel Paulino

Segundo Secretário: Lúcia Maria Monteiro Ferreira